



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681068 - PE (2021/0223058-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : M A G  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de M A G em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Apelação Criminal n. 0000564-24.2019.8.17.13.40).

O paciente foi representado pela suposta prática de ato infracional análogo ao delito descrito no art. 155, §§ 1º e 4º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal. O Juiz processante entendeu por extinguir o feito, nos termos do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

O recurso de apelação interposto pelo Ministério Público local foi provido, para anular a sentença e dar prosseguimento à persecução.

A impetrante sustenta que as medidas restritivas de liberdade previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente deveriam obedecer ao princípio da intervenção mínima e, por isso, não ostentariam caráter de obrigatoriedade.

Defende que, no caso, as medidas socioeducativas mostrar-se-iam inócuas, uma vez que o paciente já completou a maioridade.

Requer, liminarmente e no mérito, a anulação do acórdão ou alternativamente, seja aplicada medida de advertência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente